



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0536244/2018			
PA COPAM Nº: 00317/2005/005/2017		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Evandro Ribeiro de Carvalho		CNPJ: 418.590.226-34	
EMPREENDIMENTO: Evandro Ribeiro de Carvalho – Granja Naju		CNPJ: 418.590.226-34	
MUNICÍPIO: Itanhandu		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-02-1	Avicultura	3	0
D-01-13-9	Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais	1	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: José Carlos Koeler Torino Costa Edinei Carvalho		REGISTRO: CREA 121856/D CRQ-MG 02202732	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Natália Cristina Nogueira Silva Gestora Ambiental (Engenheira Florestal)		1.365.414-0	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.147.680-1	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº0536244/2018

O empreendimento Granja Naju, de propriedade de Evandro Ribeiro de Carvalho, se trata de uma unidade rural destinada à criação de codornas para postura localizada no município Itanhandu - MG. Em 30/08/2017, foi formalizado na Supram SM o processo administrativo de Revalidação de Licença de Operação nº 00317/2005/005/2017, e após entrada em vigor da Deliberação Normativa 217/2017, foi reorientada para Licenciamento Ambiental Simplificado.

Como a licença ambiental era válida até 07/11/2017 e o processo de Revalidação foi formalizado em prazo inferior a 120 dias de antecedência, a empresa deveria ser autuada por operar sem licença ambiental. Porém, conforme inciso V, art. 50, do decreto 47.383/2018, por não ser constatada degradação/poluição ambiental, o empreendimento faz jus à notificação para buscar a regularização ambiental.

Tendo em vista que o empreendimento formalizou processo de licenciamento ambiental, possui suas medidas de controle instaladas e tem Parecer Técnico favorável a obtenção da licença, a Supram Sul de Minas entende que houve perda de objeto quanto a lavratura da notificação.

O empreendimento está localizado na zona rural de Itanhandu, MG, em uma propriedade de 60,689ha. Possui 12,01ha averbados como Reserva Legal do imóvel, subdividida em 3 áreas. A propriedade está devidamente cadastrada no CAR.

Atualmente o empreendimento possui 5 galpões: quatro são destinados à postura e um galpão para recria, totalizando uma capacidade máxima de 249.000 aves, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a não incidência do critério locacional.

Além dos galpões de postura, o empreendimento possui locado em seu interior uma fábrica de ração, também regularizada no presente processo, e uma indústria de fabricação de ovos de codorna em conserva, inscrita em CNPJ distinto.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente descritos no Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA, tem-se a geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos. A geração de ruído é considerada insignificante e não será mitigada devido à localização do empreendimento – distante de aglomerações urbanas.

Não há emissões atmosféricas, visto que o galpão de recria possui um sistema de climatização movido a GLP.

Quanto aos efluentes líquidos, tanto os de natureza sanitária quanto os industriais (provenientes da unidade de fabricação de ovos de codorna em conserva), são direcionados para a um sistema de tratamento de efluentes composto por fossa séptica e filtro anaeróbico, com destinação final no Ribeirão Pedregulho. Há ainda um ponto de lavagem de veículos, dotado de caixa Separadora de água e óleo, com lançamento no mesmo ribeirão.

O principal resíduo sólido gerado no empreendimento é o esterco, cuja taxa de geração é de 2.600 kg/dia. Este fica armazenado sob os galpões piramidais e após 3 a 6 meses são retirados e levados aos galpões de curtimento, onde ficam de quarentena para posteriormente serem vendidos a produtores da região. O empreendimento possui ainda um desidratador de carcaças, que facilita a compostagem. Os demais resíduos serão destinados, conforme informação constante do próprio RAS, a empresas devidamente licenciadas para o recebimento de tais materiais.



A água utilizada no empreendimento é proveniente de captação em surgência, cisterna e de captação de água da chuva. Encontra-se em processo de regularização a captação em poço tubular, que virá para substituir as atuais fontes de captação de água.

As condicionantes do processo originário foram avaliadas e consideradas cumpridas adequadamente e tempestivamente, verificando-se a viabilidade do empreendimento e que as medidas de controle, presentes no estudo em referência foram julgadas adequadas neste parecer.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes nos estudos ambientais apresentados e do na ausência de critério locacional a ser considerado, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Evandro Ribeiro de Carvalho – Granja Naju” para a atividade de “Avicultura” e “Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais”, no município de Itanhandu-MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Evandro Ribeiro de Carvalho – Granja Naju”.

As condicionantes a serem inseridas devem sempre estar afetas a aspectos ambientais. Para a licença ambiental simplificada fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-XX, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Evandro Ribeiro de Carvalho – Granja Naju”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da ETE ⁽¹⁾	DBO ⁽¹⁾ , DQO ⁽¹⁾ , pH, sólidos suspensos totais, materiais sedimentáveis, óleos e graxas minerais, óleos vegetais e gorduras animais, substâncias tensoativas.	<u>trimestral</u>
Na entrada e na saída da Caixa separadora de água e óleo.	pH, Sólidos em suspensão totais, óleos e graxas minerais.	<u>semestral</u>

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar anualmente à Supram até o último dia do mês subsequente ao aniversário da licença, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos

Enviar anualmente à Supram XXX, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo	Transportador	Disposição final	Obs.
---------	---------------	------------------	------



Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável			
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental	
									Nº processo	Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.